

Para citar este artigo (ABNT):

BRANDÃO, Angela. Inventários como fontes para a História da Arte e do Mobiliário Brasileiro. In: *Cultura Visual*, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 11-23.

## **Inventários como fontes para a História da Arte e do Mobiliário Brasileiro**

### ***Inventories as source to the history of art and furniture in Brazil***

Angela Brandão

#### **Resumo**

Os inventários, como fontes para a história da arte e do mobiliário, foram empregados em estudos histórico-artísticos desde o século XIX. Descrições objetivas deixaram transparecer, aos leitores atentos, a compreensão dos objetos artísticos em seu sentido simbólico. Este texto interpreta os inventários da Sé de Mariana (1749 – 1870), averiguando os significados atribuídos às peças inventariadas.

#### **Palavras-chave**

Inventários; História da arte; História do mobiliário brasileiro; Sé de Mariana.

#### **Abstract**

*The inventory, as source to the history of art and to the furniture history, had been employed in studies since the 19th century. Objective descriptions, it permits to see, to the attentive lector, the comprehension of the artistic object in its symbolic meaning. This text interprets the inventories of the Mariana's Cathedral (1749-1870), and research the meanings attributed to the pieces described.*

#### **Keywords**

*Inventory; History of Brazilian art; history of the Brazilian furniture, Mariana's Cathedral.*

Submetido em: 30/01/2010  
Aprovado em: 28/04/2010

Os inventários consistiram, em diferentes tempos, documentos que arrolavam os bens pertencentes a uma pessoa, por ocasião de sua morte, para fins de destinação de herança; ou pertencentes a instituições civis, Cortes e palácios. Mas também foram adotados por instituições religiosas, com intuito de reconhecer, discriminar e controlar os seus pertences de valor, seus tesouros. Desde pelo menos o século XV, a prática do colecionismo por parte das Cortes europeias fez dos inventários um importante meio e método de catalogação, descrição e controle dos diferentes objetos componentes de uma coleção, assim como sua localização entre os diversos cômodos de uma residência ou entre as muitas residências de um mesmo colecionador.

As práticas de inventários se difundiram entre instituições religiosas e laicas e, para tal tarefa, especializaram-se funcionários delegados de extrema confiança, compiladores responsáveis por reconhecer os pertences e controlar sua localização e destino, bem como garantir, através destes periódicos arrolamentos, sua permanência em diferentes espécies de coleções, evitando roubos, desvios ou perdas. No que se refere ao colecionismo artístico das casas reais européias, em suas diferentes etapas e condições, os inventários acompanharam tais práticas e foram, desde há muito, compreendidos pela historiografia artística como fontes essenciais, tanto para compreender os locais de origem de determinadas obras de arte, bem como seu destino na trama do colecionismo. Mais ainda, não obstante a objetividade destes elencos e descrições de peças, os inventários sugerem, eles mesmos, sutis interpretações dos objetos artísticos em seu tempo e em tempos sucessivos. Denotam, os inventários, recepções, formas de ver e de reconhecer obras de arte entre outros objetos que compunham, muitas vezes, as variadas coleções. Não é de se desconsiderar que, em sua origem, os Museus adotaram o modelo dos inventários para redigir seus primeiros catálogos e guias para visitantes – simples e objetivas enumerações e descrições de obras de arte e sua respectiva localização.

Julius Schlosser bem diferenciava, em seu célebre livro elaborado nas primeiras décadas do século XX *A Literatura Artística: manual das fontes da história da arte moderna*, os testemunhos literários que se referem em sentido teórico à arte e os testemunhos impessoais. Em suas palavras:

O conceito mesmo da ciência das fontes necessita de uma limitação: entendem-se aqui as fontes escritas, secundárias, indiretas; sobretudo então, no sentido histórico, os testemunhos literários, que se referem em sentido teórico à arte, segundo o lado histórico, estético ou técnico, **enquanto os testemunhos por assim dizer, impessoais, inscrições, documentos e inventários, dizem respeito a outras disciplinas e podem ser aqui apenas matéria de um apêndice** (MAGNINO, 2000, p. 1, grifo do autor).

Como seu interesse se voltava para o primeiro agrupamento de fontes, de caráter literário, àqueles documentos objetivos, como os inventários, restavam apenas ligeiras menções em seu livro, sob forma de apêndice.

Entretanto, os inventários foram fundamentais para outro livro do mesmo autor: *Colecionismo Artístico e Câmaras de Maravilhas no Renascimento Tardio* (MAGNINO, 1974). Do mesmo modo, estes documentos, que não se apresentam como literatura artística, mas como “testemunhos impessoais” foram largamente utilizados por historiadores da arte, em importantes livros que trataram, especialmente, do colecionismo. Além deste último livro mencionado de Schlosser, poderiam ser citados *Colecionistas, amadores e curiosos. Paris – Veneza, séculos 16 a 18* de Pomian e *Mecenato e pintores: um estudo sobre as relações entre arte e sociedade italiana na idade barroca*, de Francis Haskell (POMIAN, 1987; HASCKELL, 1980).

É preciso recordar a enorme importância que teve a publicação dos inventários da família Medici para que Jacob Burckhardt chegasse a redigir seu livro precursor, dedicado aos colecionadores, em 1893. Os inventários dos Medici haviam sido publicados em 1888 por Münz e, de certa forma, forneceram a estrutura para a concepção do livro de Burckhardt. No entanto, em diferentes momentos do texto, o historiador reflete sobre a natureza dessas fontes, essenciais para que se compreendesse o sentido de colecionismo, mas ao mesmo tempo insatisfatórias. “Os compiladores dos inventários se contentavam com indicações escassas, considerando o valor escasso de tais obras”, observou ao investigar a presença da pintura de caráter laico nas coleções do século XV italiano, indicando uma espécie de interpretação do sentido da obra de arte por parte do compilador de inventários (BURCKHARDT, 1995, p. 75).

No decorrer de seu livro sobre os colecionadores, o historiador acrescentou ser “necessário recordar que os inventários *mediceos* do século XV foram conservados e publicados”, e mais adiante “no entanto, estes podem somente **estimular a participação da história da arte, mas não a satisfazer**”. E, depois de considerar o conteúdo dos inventários dos diferentes representantes da família Medici, concluía que, tomando os inventários como base para uma investigação acerca do colecionismo, com seu laconismo, “as respostas só podem se dar hipoteticamente” (BURCKHARDT, 1995, p. 179-180, grifo do autor).

Breves anotações acerca de alguns célebres estudos histórico-artísticos indicam como se deu a utilização dos inventários como fonte para a história da arte, em especial para a formulação dos estudos sobre o colecionismo. Mas, foram também os inventários a sugerir, desde o século XV, a importante presença de peças de mobiliário de luxo, sobre as quais se aplicou a pintura, a marchetaria, o entalhe e, nas quais se armazenaram tecidos, tapeçarias (referimo-nos sobretudo às *cassapanças* e *cassoni*) e toda sorte de objetos preciosos e curiosos, nas escriturinhas e contadores. Assim como tecidos, tapetes, vidros, vasos e tantos outros objetos de uso marcados pelo prazer colecionista de rodear-se de peças ornamentadas e acrescidas de valor artístico, a mobília compunha parte das objetivas e precisas descrições compiladas em toda sorte de inventários, das coleções privadas aos *tesouros* das igrejas.

No que diz respeito aos estudos acerca da arte brasileira do período da mineração, também os inventários foram importantes fontes para a pesquisa. O conjunto da documentação agrupada no *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, de Judith Martins, indicava a busca e transcrição de inventários nos cartórios de primeiro e segundo ofícios de Ouro Preto e Mariana. Tratava-se, portanto, de uma atenção dada aos inventários de bens de pessoa para fins testamentários e cartoriais. No entanto, entre o grande volume de documentos compilados para a organização do *Dicionário* de 1974, não parece haver menção aos inventários das igrejas mineiras setecentistas. É provável que se tratasse de uma seleção de documentos que vinham sendo transcritos até os anos de edição do dicionário, no sentido de

agrupá-los conforme o nome do artista e do artífice. Os inventários de igrejas constituíam listas de bens, imagens, alfaias, prataria, etc., pertencentes aos templos, sem nenhuma menção à autoria, como de praxe, portanto, sem referência alguma aos nomes dos artesãos e artífices responsáveis pelo feitiço de determinada peça. Daí, talvez, um dos motivos de não constarem inventários de igrejas mineiras entre os documentos utilizados para compor a edição do *Dicionário* de 1974 (MARTINS, 1974).

Entretanto, os inventários, especialmente aqueles referentes aos bens de pessoa, vinham sendo utilizados para uma argumentação em torno da história do mobiliário brasileiro por autores ligados ao âmbito das pesquisas do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, cujos trabalhos vieram à luz já nos anos 1930, na *Revista do Instituto*. Além da conhecida síntese de história do mobiliário luso-brasileiro formulada por Lúcio Costa na *Revista do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* de número três, de 1939 (COSTA, 2000, p. 195-206), neste mesmo número Hécia Dias publicava o texto *Mobiliário dos Inconfidentes*. Iniciava com a seguinte problemática:

São muito poucas e esparsas as referências bibliográficas ao mobiliário antigo no Brasil. [...] Nos cronistas, as referências são na maioria das vezes insuficientes, limitando-se à descrição minuciosa das nossas madeiras e à notícia de seu aproveitamento na fabricação de móveis. [...] Quanto aos viajantes, esses pouco mais se estendem sobre o assunto. [...] (DIAS, 1975, p. 159-160).

E a autora concluía, em seguida:

Diante da deficiência desses elementos, **parece mais acertada para o estudo do mobiliário brasileiro a consulta dos manuscritos antigos: testamentos, inventários, autos de arrematação, etc.** Esses subsídios, que se encontram em arquivos eclesiais e civis de todo o Brasil, são, porém de acesso difícil. Assim, a publicação dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, feita por iniciativa do Ministério de Educação e Saúde, ofereceu excelente oportunidade para se tentar, pelo menos, um estudo relativo ao mobiliário usado em Minas Gerais em fins do século XVIII (DIAS, H. 1975, p. 159-160, grifo do autor).

A autora tratava comparativamente as menções, em torno do mobiliário, presentes na publicação dos *Autos da Devassa dos Inconfidentes* e o livro de Alcântara Machado *Vida e Morte de Bandeirante*, este último baseado nos inventários de 1578 a 1700, processados em São Paulo como “base interessante para a comparação do mobiliário e de outros aspectos do meio paulista daquele período com o mineiro, de mais de um século depois”. Concluiria que tivesse havido

uma grande melhoria de situação dos mineradores em relação a dos primeiros bandeirantes de São Paulo. No que diz respeito ao mobiliário, porém a apreciação é menos otimista, embora se possa notar alguma diferença quanto ao número, quanto à qualidade e mesmo quanto à variedade de espécies. (DIAS, 1975, p. 159-160).

Foi também com base na publicação dos Autos da Devassa que José Wash Rodrigues chegou a afirmar:

No século XVIII, os Contratadores, os Governadores, os altos funcionários reinóis, os abastados, enfim, os homens de posses ou de representação viveram naturalmente no conforto e alguns, na opulência. Móveis ricos, serviços de prata, jóias, sedas e veludos, porcelana da China, faiança portuguesa [...] **o que é confirmado pelo que ficou e por documentos coevos, testamentos, inventários, etc.**, dando sobre isso a Devassa da Inconfidência Mineira muita coisa a perceber (RODRIGUES, 1975, p. 179-181, grifo do autor).

Entre os diferentes autores que se debruçaram sobre o mobiliário brasileiro do período colonial, os inventários aparecem em maior ou menor medida como documentos essenciais. Mesmo no livro definitivo de Tilde Canti, *O Móvel no Brasil*, os inventários são mencionados vez ou outra em notas, aplicados para formular conclusões mais gerais. Por exemplo: “Nos inventários brasileiros as fechaduras são às vezes denominadas de fechaduras mouriscas”; “Nos inventários paulistas até meados do século XVII, não era comum a relação de baús” (CANTI, 1999, p. 26, 60). Refere-se também, muitas vezes, a determinado inventário de pessoa, como o de D. Catarina de Bragança, ao tratar da mobília portuguesa e sempre tendo em vista, no caso do Brasil, a publicação em 29 volumes *Testamentos e Inventário pelo Arquivo do Estado de São Paulo*. Com relação ao inventário de D. Catarina, Tilde Canti escreveu:

Uma cópia do inventário de D. Catarina, manuscrito datado do princípio do século XVIII e conservado no arquivo da Casa de Cadaval, fornece, na íntegra, a relação do mobiliário dos paços da Bemposta tal como nos primeiros dias de janeiro de 1706 (CANTI, 1999, p. 60).

Palavras que permitem entrever a importância que tais documentos assumiam para seu grande projeto de uma história do móvel no Brasil, tendo em vista suas origens portuguesas.

Nestes casos historiográficos mencionados, vemos que a utilização dos inventários para o estudo do mobiliário brasileiro, e assim também da arte, privilegiou, de um modo geral, aquelas descrições de bens de pessoa com fins testamentários, cartoriais ou mesmo de devassa. No entanto, os inventários de igrejas brasileiras do período colonial ainda não parecem ter encontrado suficiente aplicação para uma história da arte e da mobília dos espaços religiosos. Igrejas de irmandades e ordens terceiras aplicaram-se à tarefa de inventariar seus tesouros e bens, prática também aplicada às matrizes e catedrais.

No que se refere à atuação do bispado, a realização freqüente dos inventários fazia parte dos preceitos que constavam nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, ordenadas pelo quinto arcebispo, D. Sebastião Monteiro da Vide, elaborada em 1707 e publicada em Lisboa, em 1719, e em Coimbra, em 1720. Essa legislação eclesiástica compreendia cinco livros com 1318 títulos, que versavam sobre a doutrina, a administração religiosa, o funcionamento do

culto e direito eclesiástico, mas também sobre construções de igrejas, guarda de ornamentos e alfaias e organização dos arquivos paroquiais (OLIVEIRA, 1999, p. 166). Tal orientação sobre a vida religiosa no Brasil aconselhava a prática dos inventários dos bens das igrejas catedrais e das igrejas submetidas à administração das dioceses.

No título XXV as *Constituições Primeiras* determinavam “que haja inventário da prata, móveis, e cousas das igrejas, e também livro do tomo das notícias mais essenciais a ellas pertencentes”. A determinação era bastante explícita com relação à importância da prática de inventários, por parte das igrejas:

Para que a prata, ornamentos, e moveis das Igrejas estejam a bom recado, e a todo o tempo conste quaes, e quantos tem cada Igreja, ordenamos, e mandamos, sob pena de dez cruzados, que na nossa Sé Cathedral, e mais Igrejas Matrizes, ou filiaes de nosso Arcebispado se faça inventario; na nossa Sé pelo Provisor, e nas outras Igrejas pelos Parochos diante duas testemunhas, de toda a prata, ornamentos, e moveis, que nellas houver por títulos distinctos, e separados pesando-se a prata peça por peça, e declarando-se o peso de cada uma, e fazendo-se das qualidades, e confrontações dos ornamentos, e moveis especial menção, para se não possão trocar, nem mudar: e tudo se escreverá em um livro da Igreja. (VIDE, 1853, p. 261-262).

A importância dos inventários para a preservação dos bens destinados ao culto e o crime associado à falsificação destes, assim como de outros documentos da igreja, confirmavam-se no título XII:

O que tirar folha, ou parte della, fizer termos falsos, mudar ou diminuir alguma cousa substancial nos verdadeiros livros das devassas, visitas, baptizados, chismados, ordenados, casados, ou defuntos, ou nos livros, e inventários dos bens da Igreja de qualquer qualidade, que forem, será castigado na forma, que melhor parecer com penas pecuniárias, e degredo. (VIDE, 1853, p. 325-326).

Na recomendação da presença dos ornamentos e móveis das igrejas, na necessidade de sua conservação adequada, de que constassem em inventário e na preservação dos inventários mesmos – presentes nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – demarcava-se uma preocupação tanto pelo valor material das peças pertencentes às igrejas quanto pelo valor de culto, pela importância religiosa das peças e o perigo de roubo e de sua profanação ou uso impróprio. O sentido artístico desses “tesouros”, plenamente reconhecido desde o Renascimento por parte da igreja e do clero, imbuídos de fortes preocupações colecionistas, não transparece, no entanto, com clareza, no texto das *Constituições Primeiras*, de 1707.

Um importante trabalho a se debruçar sobre os inventários da Sé de Mariana, do século XVIII, foi justamente *Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas*, de Adalgisa Arantes Campos. A autora bem observou que:

O Inventário da fábrica da Catedral de Mariana surpreende pela quantidade dos objetos inicialmente arrolados com detalhes, sob guarda do sacristão-mor ou tesoureiro-mor, bem como pela diversidade e luxo de algumas peças procedentes da época em que Mariana era apenas paróquia. (CAMPOS, 2007, p. 81).

A leitura dos inventários da Sé de Mariana levou à autora a diversas conclusões: sobre as aquisições de livros sagrados, da riqueza de paramentos das diversas cores relativas às convenções das cerimônias ou sobre dilapidação dos bens da igreja por roubos e extravios (CAMPOS, 2005). Para estes estudos, a autora fundamentou-se, além dos inventários da Sé de Mariana, também no Inventário de Alfaias da Matriz de Caeté; nos Inventários da Irmandade do Santíssimo Sacramento de 1718 a 1872 e da Irmandade do Senhor dos Passos de 1737 a 1791, ambas da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (CAMPOS, 2007, p. 107).

Tendo diante dos olhos a série dos Inventários da Sé de Mariana, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da mesma cidade (AEAM), vemos que o modelo adotado em 1749 foi mantido pelo menos até o inventário de 1870. Depois de mencionar as imagens, citadas apenas pela iconografia representada, obviamente sem nenhuma forma de referência ao estilo, qualidade, autoria ou proveniência, passavam-se a arrolar os demais bens pertencentes à Sé e, também, os inventários se estendiam para toda as igrejas e capelas sob a jurisdição do bispado de Mariana.

Conforme o modelo de inventário, há discriminação do local da peça, muitas vezes com exatidão, de algumas características de identificação, definidoras: o material do qual é feita, o tipo de madeira, se estofada, com que tipo de tecido e a cor, e algumas vezes sua destinação é lembrada (“uma caixa ou altar portátil que serve ao Reverendo Cura; uma mesa que serve ao Reverendíssimo Cabido”<sup>1</sup>).

Normalmente, os móveis aparecem em inventário junto aos pertences feitos com materiais como estanho, ferro, madeira, depois de já terem sido listados os bens de prata e as imagens. As imagens aparecem listadas sem critério de autoria, pois esta não era uma preocupação própria aos inventários do século XVIII, apenas citava-se o santo representado. Há, em geral, pouca menção à mobília, resumindo-se às vezes a “tamboretas de couro usados”, conforme os inventários de outras igrejas da diocese de Mariana. Algumas capelas menores não contam com referência a nenhuma peça de mobília. Embora na maior parte dos inventários os móveis apareçam discriminados entre os bens da igreja, logo após o arrolamento das imagens e da prataria, como vimos, juntamente com os ornamentos de estanho, ferro e madeira, no Inventário da Ordem terceira de São Francisco, de Mariana, os móveis aparecem sob o título “utensílios”<sup>2</sup>. O inventário poderia indicar, conforme o conjunto de mobília pertencente ao acervo da igreja, seu caráter simbólico, de honra e seu ambíguo destino de utilidade.

<sup>1</sup> Em Livros Diversos. Armário VII (prateleira 5) Inventário de Alfaias de Igrejas, 1855. AEAM.

<sup>2</sup> Inventário da Igreja de São Francisco de Assis de Mariana, in Alfaias de Diversas Igrejas, Mariana 1855. p.14. AEAM

Além de formarem parte dos objetos de madeira, à referência ao tipo de madeira ou ao trabalho de artesanato a ela aplicado poderia fazer parte das preocupações descritivas do compilador. Faz-se comumente referência ao jacarandá que se opõe à menção aos móveis brancos – “de pau branco”, “de madeira branca”, em oposição à madeira escura – o jacarandá por excelência. Sobre o uso do jacarandá, considerou Tilde Canti, a partir de descrições de mobília por cronistas do período colonial, as implicações simbólicas dessa madeira “de muito preço e estima”(CANTI, 1999, p.74-75), citando Fernão Cardim. Segundo Canti, no século XVII, em São Paulo, o jacarandá começou ser empregado na feitura de alguns catres e leitos. No século XVIII, ali, seu emprego começou a se tornar mais freqüente, sobretudo em catres e leitos e, na segunda metade do século, em preguiceiros e tamboretas, sendo raro seu emprego em caixas. Na Bahia dos séculos XVII e XVIII, o jacarandá foi uma das madeiras mais utilizadas em bufetes, leitos, catres e oratórios, sendo o vinhático reservado às caixas<sup>3</sup>. A madeira branca era utilizada para fazer móveis rústicos.

Em Minas Gerais, o jacarandá foi empregado em catres, preguiceiros, poltronas e cômodas; o vinhático nas caixas; e o cedro, nas mesas. A madeira branca foi usada em móveis pintados. Também no Rio de Janeiro o jacarandá foi empregado em preguiceiros, bufetes, cadeiras. As conclusões da autora se basearam, justamente, em análise de diversos inventários por região mencionada, segundo as descrições da madeira empregada para cada tipo de móvel. Indicava-se, sem que aqui se revele de forma explícita, a opção do emprego do jacarandá, ao lado de outras madeiras de lei, “madeiras da terra”, em móveis de honra, cujo valor simbólico transcendia, em alguma medida, seu sentido de uso. A idéia de um valor simbólico, pela nobreza do jacarandá, parece confirmar-se pela menção nos inventários.

Como bem interpretou Adalgisa Arantes Campos, tratava-se de enobrecer as peças com o emprego de materiais valiosos, falsos e verdadeiros, da madeira às sedas e rendas, do ouro e da prata aos bordados e franjas. Ao observar os inventários, a autora concluiu:

A profusão de objetos [...] feitos com inúmeros materiais (madeira, madeira prateada, latão, ferro, estanho, cobre, cristal, louça da Índia, prata dourada e prateada, etc.) dá uma idéia longínqua da cultura que expandiu ao máximo o estético, radicalizou essa experiência e colocou em risco o sagrado, que tendia a se encarcerar na matéria (CAMPOS, 2005, p. 88).

Os *tesouros* das igrejas, como se sabe, consistiram em verdadeiras coleções desde a Idade Média, compostas de relíquias sagradas, objetos preciosos e obras de arte, provenientes, muitas vezes, de doações privadas, além do mecenato desenvolvido pelo próprio clero.

Além da madeira, agrupada com os bens de estanho e ferro, outros materiais aparecem mencionados nos inventários da Sé de Mariana como elementos identificadores das peças de mobília: tecidos, cores de tecidos, presença de es-

<sup>3</sup> Sobre o emprego do jacarandá e do vinhático no mobiliário baiano do XVII, lemos “Os móveis do século XVII são austeros, sóbrios, de linhas retilíneas, destacando-se os elementos decorativos de desenho geométrico. Eram confeccionados, sobretudo, em madeiras como o jacarandá e o vinhático, cuja essência, rija e lustrosa, permitia aos artífices demonstrarem a sua perícia na execução dos tremidos e goivados.” *Mobiliário in Exposição Vieira e a Bahia do seu tempo 1608-1697*. Salvador: Museu de Arte da Bahia, 18 de julho a 14 de setembro de 1997.

tofamento ou de couro e metais. Da mesma forma, o método de trabalho sobre a madeira é fornecido como meio de identificação da peça, torneada ou lisa.

Na objetividade característica desta documentação, capaz de instigar a pesquisa histórico-artística sem fornecer-lhe as respostas completas, a descrição dos objetos pertencentes à igreja não parece responder a uma fria valoração material. Ao contrário, a menção às matérias, das quais se compunham as peças entesouradas na igreja, parece encobri-las de valores simbólicos relacionados às diferentes celebrações, peças imbuídas de caráter religioso.

No que diz respeito às alfaias, no repertório dos bens pertencentes às igrejas, como complemento à mobília, os tecidos constam de modo importante nas descrições, agrupados por cores, segundo o calendário litúrgico. Os tecidos associam-se diretamente ao trono episcopal usado nas celebrações da Sé de Mariana, por ser esta peça revestida conforme o período das celebrações da igreja. A descrição dos tecidos, a partir dos inventários, dá-se, portanto, agrupando-os segundo as cores e sua destinação.

Com o intuito de investigar o Trono episcopal pertencente ao *Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Mariana* (Figura 1), atribuído a Antônio Francisco Lisboa e datado entre 1783 e 1790, ao lado de um conjunto de cadeiras, os inventários da Sé de Mariana fornecem elementos sobre a importância específica desse objeto entre os bens arrolados. Vejamos, o trono pertencente ao Museu de Mariana e atribuído a Aleijadinho não teria sido destinado ao bispo com funções litúrgicas a ser colocado na Sé. Este trono, ao lado de um conjunto de cadeiras que o ladeavam, teria composto parte da mobília do Paço Episcopal de Mariana ou de Ouro Preto, de uma referida Sala de Visitas, provavelmente destinada a abrigar as reuniões do Cabido enquanto a Casa Capitular permanecia em obras ou por ocasião da mudança de residência do Bispo para Vila Rica<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Ficha museográfica relativa ao Trono Episcopal. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana. FERNANDES, Orlandino Seitas. Ficha de Catalogação Avulsa do Arrolamento de 4 de outubro de 1979. In Museu da Inconfidência, Ouro Preto. In BARBOZA, Celina Santos. Org. SCAM – Sistema de Controle do Acervo Museológico. Museu da Inconfidência.

<sup>5</sup> Inventário – Mariana 1749-1904. Pp. 4,6. AEAM.

<sup>6</sup> Ibid. p. 6

Ainda assim, os inventários da Catedral de Mariana oferecem um sentido à Catedral, dão-lhe “um lugar” no decurso da compilação e o envolvem num sentido de transformação, ao decorá-lo com o uso de tecidos, que lhe caracterizariam conforme o calendário litúrgico.

No inventário de 1749, *Inventário dos Ornamentos e mais bens que vieram de Lisboa para esta Catedral de Mariana (...)*, é mencionada “uma cadeira Episcopal para debaixo do Dossel de Nogueira tingida”. Também se cita uma cadeira de honra: “cadeira de braços de jacarandá torneada e revestida de damasco encarnado”<sup>5</sup>.

No inventário de 1803 da Sé de Mariana aparece “uma cadeira Episcopal com grade de dossel”, além de uma cadeira grande de espaldar e uma grande de jacarandá<sup>6</sup>. No arrolamento de 1855, iniciava-se a enumeração de bens propondo que “Este livro há de servir para o Grande Tombo do Município de Mariana e lançamento dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias e Ir-

mandades”, assinado pelo Juiz Municipal Aprígio Ferreira Gomes. Tratava-se, portanto, de um inventário completo das igrejas de Mariana para o tomo do município. Aqui apareciam apenas “uma cadeira episcopal com encosto e assento de veludo verde” e mais “oito cadeiras de damasco na Sacristia”<sup>7</sup>.

Finalmente, no inventário de 1870, aparecem os “oito cadeirões com assento de damasco vermelho”, “uma cadeira com encosto de veludo verde” e “duas cadeiras com espaldar Episcopais”<sup>8</sup>. Provavelmente já se tratassem, aqui, das duas cadeiras episcopais ainda hoje existentes no altar da Sé de Mariana, ambas em estilo eclético e apenas uma delas provida de dossel.

Entre os tecidos mencionados no inventário das alfaias da Sé, muitos são destinados a ornamentar a cadeira episcopal. São assim descritos:

ornamentos encarnados com galhão de retrós: Dois espaldares, dois Dosséis e duas mangas da cadeira episcopal com galhão e franjas de retrós [...]; um dossel da cadeira episcopal com espaldar, galhão e franjas carmesim e sem mangas.

Entre os ornamentos roxos, mencionam-se “dois dosséis, espaldares e mangas da Cadeira Episcopal”<sup>9</sup>. Tratava-se, portanto, de tecidos nobres destinados a recobrir o espaldar, o dossel e os braços da cadeira episcopal, a ser apresentada em vermelho ou em roxo conforme o calendário litúrgico. A cadeira episcopal para as celebrações litúrgicas era transformada, de acordo com todo o sistema das armações efêmeras destinadas, sobretudo, aos rituais da quaresma e Semana Santa. Nas palavras de Adalgisa Campos:

Cortinas, pavilhões, toalhas e cobertas para as portas, janela, óculo, tribuna, balaustradas, bancos, cadeira episcopal, mangas de cadeira episcopal, púlpito, arco-cruzeiro, estantes dos altares, altar-mor, inclusive os laterais, frontal de altares, sacrário, etc. Tudo em grande quantidade, pois, diferentemente de nossa suposição inicial, a fábrica da Sé não paramentava apenas o altar-mor, mas também os laterais, que eram ataviados conforme a cor do tempo litúrgico (CAMPOS, 2005, p. 88).

O trono episcopal do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, atribuído a Antônio Francisco Lisboa, nunca fez parte da mobília da Sé de Mariana, como atestado pelos inventários, nem tampouco se destinou às celebrações ocorridas na Catedral. Para tanto, a Sé sempre contou, em seus inventários, de cadeira episcopal destinada a fazer parte dos rituais ali celebrados, desde a primeira peça de noqueira tingida, provavelmente proveniente de Portugal, até a menção no inventário de 1870 de duas cadeiras, sendo uma com dossel, o que aproximaria a descrição das peças existentes ainda hoje na mesma Catedral.

O trono entalhado atribuído a Aleijadinho, assim como as cadeiras que fazem parte do conjunto, teriam pertencido ao espaço transitório entre o civil e o sagrado que caracterizou os palácios episcopais. Mas não teria sido menos

7 Inventário de Alfaias de Igrejas, 1855. Em Livros Diversos. Armário VII, prateleira 5. AEAM.

8 Inventário – Mariana 1749-1904. 1870, p.165. AEAM.

9 Inventário de Alfaias de Igrejas, 1855. p. 5. AEAM.

10 É preciso ainda observar o inventário de bens de Dom Domingos da Encarnação Pontével, pois para ele as cadeiras e o trono foram executados e a ele pertenceram. Foi apenas transcrita a parte de seu inventário referente à biblioteca. (VILLALTA, Luiz Carlos. 1992 pp.367-395).

importante sua presença do que daquele objeto destinado ao culto. A centralidade de seu significado aparece sugerida, sutilmente, na linguagem descritiva e objetiva dos inventários<sup>10</sup>.

Tal importância, sugerida pelos inventários, reflete o preceito que consta no Título XXVIII das *Constituições Primeiras*: “que nas igrejas se não assentem em cadeiras de espaldas, ou tamboretos, nem os leigos estejam sentados na capella-mor em quanto se fazem os officios divinos (VIDE, 1853, p. 265-267)”. Todo este capítulo, dedicado a proibir o uso desregrado dos móveis, especialmente daqueles com encosto, durante o culto, indica o sentido honorífico do sentar-se – reservado ao alto clero e aos nobres, a um elenco restrito de autoridades religiosas e civis. Os preceitos da legislação canônica faziam repercutir-se, portanto, sobre o sentido descritivo e sobre as sutilezas valorativas de determinadas peças de mobiliário, especialmente dos tronos, no contexto dos inventários dos séculos XVIII e XIX.



Figura 1 – Antônio Francisco Lisboa (atr.) **Trono Episcopal e cadeiras**. 1778-1783c. Jacarandá entalhado e estofado. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana.  
Fonte: Arquivo da autora.

### Referências

BURCKHARDT, Jacob. *I Collezionisti. L'arte italiana del Rinascimento*. Vol. IV. Venezia: Marsilio, 1995.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da Semana Santa através do Estudo das Irmandades do Santíssimo Sacramento: Cultura Artística e Solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX). *Revista Barroco*: Belo Horizonte, v.19, p.71-88, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Mecenato leigo e diocesano na Minas setecentista. In RESENDE, E.L. e VILLALTA, L.C. (org.) *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte, Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.

CANTI, Tilde. *O Móvel no Brasil: origens, evoluções, características*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva; Rio de Janeiro: Agir, 1999.

COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. in CAVALCANTI, Lauro. org. *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc. IPHAN, 2000, p. 195-206.

DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. In Textos Escolhidos Revista IPHAN n. 3. *Arquitetura Civil III. Mobiliário e Alfaias*. FAU-USP, MEC-IPHAN, 1975. Pp. 159-160

HASKELL, F. *Patrons and Painters. A Study in the relations between italian art and society in the age of baroque*. New Haeven, London, 1980.

MAGNINO, Julius Schlosser. *Raccolte d'arte e di meraviglie del tardo Rinascimento*. Firenze, 1974.

MAGNINO, Julius Schlosser. *La Letteratura Artistica: manuale delle fonti della storia dell'arte moderna*. Milano, Paperbacks classici, 2000.

MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e Cultura, 1974.

VILLALTA, Luiz Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In NOVAES, Adalto. *Tempo e História*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1992, p. 367-395.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

POMIAN, K. *Collectionneurs, amateurs et curieux. Paris-Venise, XVI e. – XVIII e. siècle*. Paris, 1987.

RODRIGUES, José Wash. Móveis Antigos de Minas Gerais. in Textos Escolhidos Revista IPHAN n. 3. *Arquitetura Civil III. Mobiliário e Alfaias*. FAU-USP, MEC-IPHAN, 1975, p.179-181.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º. Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do Anno de 1707*. Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbrra em 1720 com todas as Licenças necessárias, e ora reimpressas nesta Capigal. São Paulo: Typographia Antonio Louzada Antunes, 1853.

*Vieira e a Bahia do seu tempo 1608-1697*. Salvador: Museu de Arte da Bahia, 18 de julho a 14 de setembro de 1997.

### Fontes

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livros Diversos. Armário VII (prateleira 5) Inventário de Alfaias de Diversas Igrejas, 1855.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Inventários – Mariana 1749-1904.

Ficha museográfica relativa ao Trono Episcopal. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana.

BARBOZA, Celina Santos. Org. SCAM – Sistema de Controle do Acervo Museológico. Museu da Inconfidência.

**Sobre a autora**

Angela Brandão é formada em História pela Universidade Federal do Paraná, Especialista em Arte e Cultura Barroca pela UFOP, Mestre em História da Arte e da Cultura pela UNICAMP e Doutora em História da Arte pela Universidade de Granada, Espanha. Professora de História da Arte no Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutorado na FAU-USP sob supervisão do Prof.Dr. Luciano Migliaccio. Professora Colaboradora do Mestrado em História do ICH-UFJF.

E.mail: brandaoangela@hotmail.com